

Proposta eleitoralista do PSD/Açores para emprego jovem revelou-se uma “mão cheia de nada”

O Grupo Parlamentar do PS/Açores garantirá apoio a todas as iniciativas que permitam a criação de mais emprego na Região, no entanto, esse não foi o caso da proposta social-democrata, intitulada “Programa Gerações”, debatida na sessão plenária desta terça-feira e que apenas contou com os votos favoráveis de dois partidos, para além do proponente.

“Considero que este debate foi bastante enriquecedor! Levou dois anos, mas ao fim de dois anos os Açorianos perceberam que isto era uma mão cheia de nada, que era só uma intenção romântica de fazer algo para que os jovens pudessem ter uma esperança de emprego, mas afinal não era mais nada do que isso”, resumiu André Bradford.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores lamentou que o PSD/A nunca tivesse apresentado os estudos e as contas anunciadas, desde o debate em sede de Comissão: “Chegamos até aqui e com certeza não há estudos nenhuns da parte do PSD, nem contas nenhuma, e, portanto, ficou claro que houve dificuldade de justificar e em função disso há uma tentativa de virar o assunto para cima daqueles que não têm nenhum tipo de responsabilidade”.

André Bradford condenava, assim, a tentativa dos deputados social-democratas de “pôr o Governo Regional a ter de explicar a proposta do PSD, que o PSD não consegue explicar”. “Há dois anos que apareceu esta ideia em plena campanha eleitoral e, na altura, já vários partidos, incluindo o PS, solicitavam ao PSD explicações sobre a proposta. E estamos há dois anos à espera de perceber o que querem fazer e onde estão as contas”, acrescentou André Bradford.

Também o deputado João Vasco Costa destacou as “fragilidades que ferem de morte” a proposta social-democrata, nomeadamente em termos de inconstitucionalidades, quer porque “a Constituição não permite a discriminação de pessoas em função da idade”, quer porque “a Assembleia Legislativa dos Açores também não tem competência para legislar em matérias que dizem respeito à Assembleia da República, o que seria necessário para assegurar as despesas com as aposentações previstas”. À semelhança do que aconteceu no debate na Comissão de Política Geral, os deputados socialistas questionaram, sem sucesso, os proponentes sobre aspetos que a proposta não contemplava.

Horta, 21 de março de 2018.